

Policiais e criminosos em Fortaleza durante a “República Velha”: uma proposta de pesquisa contingente¹

Carlos Henrique Moura Barbosa*

Resumo

No presente ensaio, procuro levantar alguns questionamentos sobre a tensa relação entre policiais e criminosos na cidade de Fortaleza durante a “República Velha” e, também, perceber como a organização do aparato policial era pautada pela interação entre policiais e criminosos. Assim, no desenrolar da minha escrita, proponho-me a indicar alguns caminhos, ainda que contingentes, a partir do diálogo com algumas fontes documentais.

Palavras-chave: “República Velha”, polícia, criminosos

Abstract

In the present rehearsal I try to lift some questions about the tense relationship between policemen and criminals in the city of Fortaleza during the "Old Republic" and, also, to notice as the apparatus policeman's organization was ruled by the interaction between policemen and criminals. In uncoiling of my writing, I intend to indicate some ways, although contingents, starting from the dialogue with some documental sources.

Key words: "Old republic", police, criminal.

A relação entre policiais e criminosos ainda não despertou a merecida atenção dos historiadores cearenses. No estado do Ceará, mais especificamente em Fortaleza, tenho conhecimento de apenas uma dissertação de mestrado em história que versa sobre a polícia entre os anos de 1916-1930².

O presente trabalho é um esforço de compreender, não só a instituição policial, mas também os criminosos enquanto sujeitos que faziam as autoridades policiais reorganizarem ou reelaborarem suas estratégias de controle (CERTEAU, 1996)³. Percebo que o entendimento

¹ É importante deixar explícito que o texto em questão foi organizado a partir de algumas idéias contidas em um pré-projeto de doutorado que está em processo de feitura. O interesse é esboçar, traçar as esperanças do autor.

* Professor substituto da Universidade Federal do Ceará (Departamento de História) e mestre em História Social pela mesma instituição.

² A dissertação a que estou me referindo é: **FONTELES NETO**, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930)**. Fortaleza: UFC, Dissertação de Mestrado em História, 2005.

³ Vejo que as observações de Certeau sobre a relação entre estratégias e táticas são importantes para se enxergar a relação conflituosa que se travava no cotidiano de policiais e indivíduos considerados criminosos pelas autoridades.

dessa relação faz emergir um campo de tensões que pode fornecer muitas possibilidades para a compreensão do período proposto.

A escolha de se pesquisar policiais e criminosos em Fortaleza de 1889-1930 liga-se a um conjunto de fenômenos solidários. Pode-se destacar, primeiramente, o conflituoso período que se intensifica em 15 de novembro de 1889 com a Proclamação da República. A confusa situação política também era uma constante no cenário político do Ceará.

É nesse momento que o policiamento do centro da capital passa a ser feito pela Guarda Cívica de Fortaleza, criada por um decreto em 31 de dezembro de 1889. Essa guarda tinha por finalidade auxiliar a autoridade policial a prevenir e a executar as posturas municipais.

Convém lembrar que “a nova constituição republicana descentralizou o processo criminal, que seria definido por leis estaduais” (BRETAS, 1997: p, 44). No Ceará, a primeira modificação verificou-se em 1891 quando:

Por ato de 24 de setembro, em face dos dispositivos constitucionais, o governador, General José Clarindo de Queiroz, extinguiu a Chefatura, subordinando os serviços policiais à secretaria de justiça, que foi criada juntamente com as do interior e da Fazenda (VICTOR, 1943: p. 9).

A Chefatura de Polícia foi restaurada em 1909 pela lei que tomou o nº. 987 de 31 de agosto. Mas essa restauração durou apenas quatro anos. Em 1º de julho de 1913, o coronel Franco Rabelo, em sua mensagem à Assembleia Legislativa, parágrafo único, instituía que: “Os serviços que competem atualmente à chefatura de polícia passarão a pertencer, como dantes, à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, (...)”⁴.

A Chefatura de Polícia foi restaurada três anos depois no governo de João Tomé por força da lei nº. 1343, de 26 de agosto de 1916. Em 1928, no governo de José Carlos Matos Peixoto, a chefatura novamente foi extinta, e criou-se em seu lugar a Secretária de Polícia e de Segurança Pública.

As modificações na organização burocrática da instituição policial revelam muito sobre as disputas políticas do momento, mas também possibilitam compreender a preocupação dos responsáveis em manter a ordem no estado e, em particular, na capital.

Como já foi salientado, o período da dita “República Velha” no Ceará foi bastante conturbado. É importante lembrar que é nesse momento que se institui uma forte oligarquia no Ceará, encabeçada por José Pinto Nogueira Accioly⁵. O aparato policial foi de

⁴ Mensagem à Assembleia Legislativa pelo presidente do estado do Ceará, coronel Franco Rabelo, 1913.

⁵ Para mostrar como o período era de turbulência e que a polícia estava muito presente, é importante destacar alguns episódios conflituosos. No início de 1892, o então governador do estado, Clarindo de Queiroz, foi deposto por conta de uma trama de bastidores encabeçada por Nogueira Accioly. Houve muita resistência por parte de Clarindo de Queiroz, que foi auxiliado por paisanos e forças do corpo de segurança. Os mandatos de

fundamental importância, sobretudo para conter as manifestações políticas da sociedade fortalezense e para manter políticos no poder.

Mas, além de questões políticas, tem-se que enfatizar os problemas de cunho social. Os períodos de estiagem revelam muitos indícios para a compreensão da relação entre autoridades policiais e criminosos.

É importante frisar que “(...) nos primeiros meses de 1878, Fortaleza abrigava cerca de cem mil retirantes que continuavam a chegar, todos os dias, no estado mais lastimável” (CHAVES, 2002: p. 49-74). Uma grande quantidade de flagelados tirava o sono das autoridades públicas. O estado foi assolado por mais duas secas nos anos de 1889 e 1900.

Os retirantes que aportavam na cidade, de várias regiões do interior, fizeram parte da formação da pobreza urbana de Fortaleza. Percebe-se a necessidade de relacionar os períodos de estiagem com as preocupações das autoridades policiais.

Procurar-se-á entender como foi gestando-se e organizando-se os aparatos policiais, como quartéis, estações policiais, distritos policiais e cadeia pública da capital a partir da própria dinâmica do mundo do crime urbano de Fortaleza.

Nos anos iniciais do século XX, principalmente na segunda década, enxerga-se uma preocupação por parte das autoridades policiais de tornar a polícia mais científica. Várias foram as reivindicações propostas em relatórios policiais dos anos de 1916, 1917, 1918 e 1919. O chefe de Polícia José Eduardo Torres Câmara buscou, nesse período, aparelhar a instituição policial com alguns equipamentos que permitissem uma melhor operacionalidade no trabalho investigativo.

V. Excia. Mesmo, estou certo, não deixará de conhecer que nenhum outro sistema ha prestado maior serviço á justiça criminal do que o de identificação, actualmente praticado pelas policias de quasi todos os Estados da União⁶.

Accioly foram (1896-1900; 1904-1908; 1908-1912). Em 1912, ocorreu uma revolta popular em Fortaleza contra a oligarquia Accioly. Nesse momento, gerou-se um grande conflito entre a população e a polícia. O então presidente, Nogueira Accioly, foi deposto e assumiu, por um curto período, Franco Rabelo. Em 1914, ocorreu a “Sedição de Juazeiro”, que foi uma tentativa da organização por parte de alguns coronéis do sul do Ceará para vir a Fortaleza depor Franco Rabelo. Para esses acontecimentos ver a obra: **TEÓFILO**, Rodolpho. **Libertação do Ceará**: Queda da Oligarchia Accioly. Lisboa: Typographia Editora Limitada, Edição Fac-Similar, 1914. **TEÓFILO**, Rodolpho. **A Sedição de Juazeiro**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1943. Encontrei no Acervo do Arquivo Público do Estado Ceará a seguinte documentação: APEC, Fundo: Governo do Estado, Grupo Chefatura de Polícia, Série: notícias e fatos, 1912-1914, CX 02. Ainda não escrutei todo o material, mas tenho expectativas de que encontrarei alguns vestígios sobre os acontecimentos de 1912 e 1914.

⁶ Relatório apresentado ao Exmo. Senr. Presidente do Estado de Ceará Dr. João Thomé de Saboia e Silva pelo Chefe de Polícia Bel. José Eduardo Torres Câmara de 1º de junho de 1918 a 31 de maio de 1919.

Nesse trecho, o chefe de Polícia Torres Câmara solicita ao presidente do estado João Thomé de Sabóia e Silva um Gabinete de Identificação civil e criminal. Além desse gabinete, o chefe de polícia revela para o então presidente do estado a necessidade da construção de um Gabinete Médico-Legal. O médico legista Amadeu Furtado produziu um relatório em que demonstra a urgência para instalação desse gabinete. Perceber toda essa discussão de cunho científico é importante para o entendimento das transformações ocorridas na relação entre policiais e criminosos.

O Gabinete de Identificação e Estatística, criado pela lei n° 1632, de 4 de novembro de 1918, e organizada por lei n° 1929, de 5 de novembro de 1921, somente a 31 de outubro de 1923 foi solenemente instalado com a presença do Exmo. Snr. Presidente do Estado⁷.

Analisando alguns processos criminais da década de 1920, pude perceber que, nos autos de alguns desses processos, existia uma ficha de identificação de criminosos. Nesse relatório, o chefe de Polícia José Pires de Carvalho lamenta a dificuldade que o médico legista Amadeu Furtado ainda enfrentava com os poucos recursos disponíveis.

A partir desse rápido percurso, levantam-se alguns questionamentos. Como era feito o policiamento diário na capital? Como era organizada a instituição policial e por quais transformações organizacionais e burocráticas passou a polícia nesse período? Qual o porquê dessas transformações organizacionais e burocráticas? Quais as tipologias de crimes? O que era um criminoso? Por que, a partir de 1916, intensifica-se a cobrança dos chefes de polícia por uma maior cientificidade?

Para realizar essa pesquisa, acredito que seja necessário dispor de uma variada tipologia de fontes. Essa preocupação em ampliar as possibilidades de materiais empíricos entra em consonância com a proposta de compreender a tensa relação entre autoridades policiais e criminosos.

Entretanto, é válido observá-las com capricho e acuidade, pois o material empírico tem o valor inestimável de demonstrar uma parte do caminho que será percorrido para realizar a feitura do texto. A relação dialógica que se estabelece entre o pesquisador e suas fontes durante a pesquisa gera expectativas para a construção do texto. É a partir desse diálogo constante com as fontes, que o historiador pode pretender desenvolver a pesquisa. Por meio

⁷ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado, pelo Sr. José Pires de Carvalho, Chefe de Polícia, Compreendendo o período administrativo de 12 de julho de 1924 a 31 de maio de 1925, p. 47.

dessa interlocução, o historiador cria as possibilidades da elaboração e da construção teórico-metodológica do seu estudo.

A documentação policial referente ao período de 1889 a 1954 foi recém-catalogada pelos profissionais do Arquivo Público do Estado do Ceará. Meu interesse, como já foi exposto, é no interstício que inicia em 1889 e termina em 1930. As fontes criminais que selecionei⁸ foram todas produzidas dentro das delegacias.

Do período de 1889 a 1916, tive oportunidade de selecionar uma boa massa documental. Desses documentos os ofícios expedidos⁹ são: **comunicação, solicitação e exoneração**. As comunicações, em sua maioria, eram relatos das rondas noturnas e diárias realizadas pela Guarda Cívica. Nestas se encontram o número de guardas e o responsável pela ronda, o nome dos detidos na estação policial e na cadeia pública da capital, bem como o tipo de crime que cometeram. Nas comunicações, percebe-se o movimento policial nas mais diferentes áreas da cidade e as ações tidas como criminosas. Às vezes, algumas ocorrências de cidades do interior eram registradas. As solicitações giravam em torno da permissão do horário de acender a iluminação a gás, pois a polícia era que autorizava. Muitas são as solicitações feitas pelo administrador da Cadeia Pública. Os pedidos para melhorias infraestruturais e para transferências de presos eram frequentes. Nas solicitações, tem-se a oportunidade de visualizar o cotidiano dos presos dentro da Cadeia Pública. As exonerações ocorriam com maior frequência no interior.

Encontrei, em uma caixa-arquivo, dois livros do final do século XIX que registravam as “despesas secretas”¹⁰ das delegacias. É um material que permite enxergar o que a polícia utilizava diariamente como, por exemplo: o aluguel de cavalos e assinatura de jornais.

Outra documentação encontrada foi um livro que servia para registrar a entrada de presos¹¹ na Estação Policial da Guarda Cívica. Nessa fonte, encontram-se: o nome do preso, o nome dos guardas que efetuaram a prisão, o motivo e o lugar da prisão, a data da prisão, a data da liberação e as observações. É um material empírico muito rico para fazer uma cartografia do crime em Fortaleza, mas, por enquanto, só localizei apenas um livro de 1891.

Ainda referente à documentação policial, tenho, em mãos, o Regulamento Policial de 1916, que foi elaborado pelo chefe de Polícia José Eduardo Torres Câmara. Esse regulamento abordava o Serviço Policial como um todo, desde as responsabilidades dos chefes e delegados

⁸ É importante frisar que ainda não tive a oportunidade de escrutinar as 131 caixas-arquivo dos documentos referentes ao período que pesquiso.

⁹ APEC, Fundo: Governo do Estado, Grupo Chefatura de Polícia, Série: Ofícios expedidos, 1890-1916, CX 02.

¹⁰ APEC, Fundo: Governo do Estado, Grupo Chefatura de Polícia, Série: Despesas Secretas 1890-1891, CX 15.

¹¹ APEC, Fundo: Governo do Estado, Grupo Chefatura de Polícia, Série: registros, sub-série: presos 1891-1933, CX 17.

de polícia até as dos escrivães. Nesse regulamento, também fica evidenciado como deveria ser desenvolvida a atividade policial. São cem páginas que permitem enxergar a organização policial.

Material produzido pelo alto escalão da polícia eram os relatórios policiais¹². Esses relatórios era uma forma de prestação de contas. Nessa documentação, o chefe de Polícia faz um balancete e um apanhado do trabalho realizado pela instituição policial tanto na capital como no interior. Evidentemente, nesses relatórios, o que interessa à presente pesquisa são as informações concernentes à capital. São nesses relatórios que o chefe e os delegados de polícia da capital reivindicam melhorias para tornar o trabalho investigativo mais eficiente. Nesses relatórios, tenho oportunidade de perceber o discurso policial produzido nas salas do chefe de Polícia e dos delegados da capital¹³.

Em anexo, encontro os relatórios dos delegados dos dois distritos policiais da capital. Esses relatórios trazem tabelas como: a quantidade e a tipologia de crimes por mês, o quadro estatístico das prisões e detenções efetuadas por cada delegacia, quadro demonstrativo das matrículas, multas e carteiras de habilitação expedidas a "chauffeurs", carroceiros e motoristas, estatística dos flagelados interditados pela polícia. Em relação a esses mapas e quadros estatísticos produzidos pelas autoridades policia, encontrei, referente ao ano de 1916, o seguinte: quadro demonstrativo do movimento da Cadeia Pública da Capital, quadro de crimes cometidos pelos sentenciados recolhidos na Cadeia Pública da Capital, quadro demonstrativo do movimento das Cadeias Públicas das diversas comarcas do interior, quadro estatístico das prisões e detenções efetuadas na capital, Mapa estatístico da criminalidade do estado.

Entretanto, meu interesse em entender o mundo do crime na Fortaleza de 1889-1930 motivou-me a buscar, nos processos criminais¹⁴, as vozes de agentes históricos que deixaram pouquíssimos registros. Por meio dos autos do processo criminal, o historiador tem condição de penetrar em bodegas, cafés, cabarés e ainda enxergar outros comportamentos nas ruas e

¹² Relatórios apresentados apresentado ao Exmo. Senr. Presidente do Estado de Ceará Dr. João Thomé de Saboia e Silva pelo Chefe de Polícia José Eduardo Torres Câmara de 1º de junho de 1917 a 31 de maio de 1918 e de 1º junho de 1918 a 31 de maio de 1919. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado, pelo Sr. José Pires de Carvalho, Chefe de Polícia, Compreendendo o período administrativo de 12 de julho de 1924 a 31 de maio de 1925.

¹³ Havia na capital o 1º e o 2º distrito policial cada um com seu delegado. A primeira delegacia cuidava das áreas leste e sul da cidade e a segunda da área oeste.

¹⁴ Esses processos criminais estão acondicionados no Arquivo Público do Estado do Ceará e compõem a série "Ações Criminais" do fundo "Tribunal de Justiça". As sub-séries que pretendo utilizar são: contravenções, crimes contra a propriedade, crime de trânsito, crimes políticos, desordem, despejos, ferimentos, homicídios, injúrias e calúnias, extorsão e estelionato, incêndios, crimes de defloramento e sedução.

travessas da cidade (BARBOSA, 2008: p. 51-79). Emergem dos autos os comportamentos considerados como desviantes e que, muitas vezes, são ocultados pela imprensa.

Utilizarei, neste trabalho de doutorado, apenas os inquéritos policiais, ou seja, a parte dos autos do processo criminal que foi de responsabilidade da polícia. Procurarei escrutinar a singularidade de cada tipologia de crime e perceber o que o ato criminoso pode me fornecer para compreender a realidade que pesquiso. Preocupar-me-ei em privilegiar os depoimentos, pois os sujeitos que eram interpelados pelas autoridades estavam próximos ou envolvidos, como protagonistas do ato criminoso. Os relatórios feitos pelo delegado de polícia são de suma importância para compreensão da visão policial do crime e do criminoso. As fichas de identificação também fornecem indícios imprescindíveis para investigar os envolvidos e permite que se enxergue o lado científico da polícia. Dessa forma, o olhar atento do historiador pode colher um maior número de informações.

A partir dos depoimentos, podem-se coletar informações valiosas, e – por meio de um nome, endereço, profissão – consegue-se perceber um substrato social que, às vezes, não se encontra em outras fontes documentais. Assim, esses indícios se configuram como aquilo que distingue um indivíduo de outro, mostrando a complexidade do tecido social.

Os homens e mulheres interpelados pelas autoridades instituídas eram apresentados, muitas vezes, como sujeitos ínfimos e ordinários. Entretanto, para a pesquisa histórica esses sujeitos tornam-se extraordinários, pois permitem que se compreenda a malha fina das relações sociais e fazem emergir questões invisíveis, ou melhor, realidades ocultas que colocam à vista as regras do jogo.

Por meio de outra documentação policial, os róis de culpados¹⁵, comecei a observar que a interdição temporária era uma ótima forma para as autoridades policiais manterem o controle social. Observei que havia descomedimento entre prisões e inquéritos, o que me levou a crer que as primeiras eram um poderoso instrumento de controle e intimidação a serviço da polícia. A maior parte dos crimes registrados nos róis de culpados relacionava-se às desordens, como embriaguez e ofensa moral. Geralmente, o acusado passava a noite na prisão, pois o ato de prender era uma forma de retirar de circulação algum sujeito que pudesse colocar em risco o bom funcionamento da ordem pré-estabelecida pelas autoridades policiais.

A documentação que não foi produzida pelas autoridades policiais também é importante.

¹⁵ APEC: róis de culpados 1920-1930

Lanço mão de uma documentação pouco utilizada pelos historiadores que pesquisaram a cidade de Fortaleza, os Guias Turísticos¹⁶ da cidade. Essa documentação é muito rica, pois, a partir dela, é possível fazer um mapeamento de vários lugares de Fortaleza. Encontro neles o nome das ruas e das praças, os pontos comerciais, consulados, horários de vapores, trens, bondes, aviões e muitas outras informações. Também encontrei, nesse material, plantas da cidade de Fortaleza. Por meio dessa documentação, o pesquisador tem condição de visualizar o cotidiano da cidade. Isso foi muito interessante para a presente pesquisa no que concerne ao entendimento da dimensão de ruptura, de mudança, de transformação que acontece cotidianamente.

O movimento da cidade é percebido por meio dos endereços dos estabelecimentos comerciais, das linhas de bonde e de outros vestígios que demonstram o dinamismo do cotidiano de Fortaleza. As rupturas, as fissuras, as diferenças que marcam o dia a dia da cidade apresentam-se no crescimento da área central da urbe que passou a ser, essencialmente, comercial, pois, aos poucos, o centro perdeu os imóveis residenciais e, simultaneamente, houve a organização de bairros elegantes distantes dos tumultos da área central da cidade. Assim, no cruzamento dos guias com a documentação policial, enxergo a tessitura urbana e tenho a possibilidade de realizar uma cartografia que me permite compreender como homens e mulheres foram tornando-se policiais e criminosos.

Os memorialistas fornecem informações fabulosas que permitem que a narrativa torne-se densa. Contudo, deve-se ter bastante cuidado com a retentiva desses autores, pois, às vezes, o passado da cidade por eles lembrado é apresentado de forma idealizada. É importante não esquecer que a memória é organizada e construída a partir de uma seleção de acontecimentos, enquanto outros são negligenciados. Daí a importância de utilizar uma variada tipologia de fontes, para não se deixar seduzir pelo feitiço dos discursos.

Essa documentação, que foi rapidamente apresentada, é uma parte de uma extensa massa documental que pretendo utilizar. É importante enfatizar que já identifiquei e selecionei alguns jornais, mas está faltando fazer a crítica a essa massa documental, principalmente os jornais do final do século XIX¹⁷.

¹⁶ O guia turístico é: **Guia Cearense da Empresa Cearense de Anuncios** (confeccionado), tendo como diretor Vitor Pacheco Leão. Esse guia é de 1927.

¹⁷ O Cearense (1889, 1890, 1891); Libertador (1889, 1890, 1891); Charuto (1889, 1890, 1891, 1896, 1903, 1904); A Pátria (1889, 1890); A Verdade (1890, 1891, 1893, 1896, 1898); O Combate (1891, 1892, 1896); O Norte (1891, 1892); O Operário (1892, 1893); Unitário (1908); Jornal do Ceará (1904, 1905, 1907, 1908, 1911).

A escolha desse tema relaciona-se à preocupação de enxergar, a partir da relação entre policiais e criminosos, um substrato social que, muitas vezes, não é perceptível em outras temáticas. Enfim, a partir dessa pesquisa, pode-se compreender o intrincado mecanismo que possibilitava à polícia construir o criminoso, e o criminoso construir a polícia.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, João Mendes de. **Oligarquia aciolina 1877-1930**. Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado em História, 1986.
- BARBOSA, Carlos Henrique Moura. “Não é nada, senhores, já está tudo acabado”: Fortaleza 4 de Março de 1934. In: **A História em Processo: Ações Criminais em Fortaleza (1910 – 1950)**, pp. 35-42, 2005.
- _____. Entre ruas e travessas: foliões nos cafés, cabarés e bodegas no carnaval da Fortaleza das décadas de 1920 e 1930. In: **Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará**. Vol. 2., nº 5, pp. 51-79, 2008.
- _____. Marcelino, D. Nena e Pierre: algumas histórias de carnaval nos cafés, cabarés e bodegas na Fortaleza dos anos de 1920 e 1930. In: **Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará**. Vol. 1., nº 4, pp. 33-48, 2005.
- _____; VIANA JÚNIOR, Mário Martins. Um furto e duas cidades. In: **Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará**. Vol. 1., nº 4, pp. 229-243, 2005.
- BRETAS, Marcos Luiz. As empadas do confeitiro Imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. In: **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**. Vol. 15., nº 1, pp. 7-22, 2002.
- _____. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _____. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. In: **Boletim Informativo de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, nº 32, 1991, p. 49-61.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Petrópolis: EDITORA VOZES, 1996
- _____. A operação histórica. In: **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.
- FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930)**. Fortaleza: UFC, Dissertação de Mestrado em História, 2005.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, pp. 169-178, 1989.
- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- CHAVES, José Olivenor. “**Metrópole da fome**”: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879. **SECA**. Coleção - Fortaleza: História e Cotidiano. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p 49-74.
- RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Coleção outras histórias. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VICTOR, Hugo. **Chefes de polícia no Ceará**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1943.